

A MATERNIDADE COMO EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE NA OBRA DE EMMANUEL LEVINAS

Magali Mendes de Menezes

“A maternidade significa a responsabilidade para com os outros, chegando até a substituição desses outros (...)”.

(LEVINAS, E. *De otro modo que ser; o más allá de la esencia*).

O Rosto, na obra de Levinas, assume uma importância fundamental, para a construção de seu pensamento Ético. Sua expressão desafia o poder de um Eu, que anseia pela posse e compreensão do mundo. Mas por que, entre tantos rostos, um se diferencia, atingindo a solidão de um Eu, provocando um deslocamento da atenção que mantinha sobre si, para atender a um Outro? O que há, neste Rosto, que é capaz de desestruturar um Eu tão seguro de si e intocável? O Eu, diante deste Rosto que lhe faz cobranças, que lhe desperta o sentimento de responsabilidade por sua situação de miserabilidade, em que ele – o Eu – se encontra. De onde vem a responsabilidade por um ser estranho a mim, mas que, ao mesmo tempo, parece tão familiar?

Para entender melhor esse encontro com um Rosto que perturba, profundamente, a segurança do Eu, faz-se necessário retroceder no tempo - ir ao encontro do surgimento da Subjetividade. A intensidade da presença do Rosto, a significação do mesmo, conduzirá o Eu a um passado anterior à própria consciência constituinte. Porém, sem consciência, não há palavra. Ora, ao falar desta Subjetividade, Levinas se depara com a tarefa difícil de discursar sobre o que precede

a fala. O que precede a fala não tem memória, nem história. O que a precede é sua própria significação, mesmo sentido. Mas como isso acontece? Como compreender um sentido que não procede da consciência?

A figura do Feminino, nesta análise, passa a ter uma importância significativa. Sua presença surge como a única linguagem, capaz de atingir a Subjetividade, irredutível à consciência e à tematização. O Feminino tornar-se-á uma via possível para a busca desta Subjetividade, que precede a consciência. Como tecer uma linguagem diferente, a partir do Feminino, se toda linguagem diz algo, torna comum, identifica, objetiva, fazendo com que o Outro, original e diferente, entre na rede geral do Dito? Que linguagem será esta? Se para Levinas, a Subjetividade conduzirá o Eu para além de si, a linguagem, utilizada para a busca desta Subjetividade, não poderá fugir dessa transcendência. Desse modo, a Subjetividade irá inverter o processo de identificação, efetuado pelo Eu.

O Outro sempre fora dito, a partir dos olhos de um Eu que o vê, que realiza as representações. Tudo se transforma em objeto da consciência, a ser inteligível. Através das representações, o Eu se mantém seguro de si, pois absorve o diferente, trazendo-o ao mundo familiar dos signos. Desse modo, o Eu sai de si para absorver o diferente, mas retorna a si, completando seu processo de identificação. A partir do mundo, o Eu se afirma como sujeito que desvela e garante toda abertura do ser. Em Husserl, por exemplo, percebe-se esta problemática, longamente discutida e analisada. Para ele, nada pode estar fora da consciência intencional: ela se torna o filtro que compreende o mundo e os outros.

Mas, segundo Levinas, é justamente aí que a Fenomenologia encontra seus limites. A Fenomenologia se afirma na tentativa de ir à

origem das coisas, visando atingir sua essência (*eidos*). Mas esta consciência, que questiona e investiga, é limitada para compreender, não apenas pelo fato de poder falsear a realidade subjetiva, mas, principalmente, porque não esteve presente, no despertar desta Subjetividade. A consciência nasce sob um corpo que já existe - existe como Bondade, responsabilidade pelo Outro, sem conhecê-lo. Esse Eu não pode optar por essa responsabilidade. A liberdade é, então, ulterior à responsabilidade. Onde não há consciência, não há liberdade. Este Rosto, que surge diante do Eu e que impossibilita a indiferença, desperta um passado de responsabilidade, em que o Rosto torna-se o único vestígio da sua existência.

“...a responsabilidade não é um simples atributo da subjetividade, como se esta existisse já em si mesma, antes da relação ética. A subjetividade não é um para si: ela é, mais uma vez, inicialmente, um para outro”!

O Rosto revela esse passado que a consciência tenta recuperar. Embora presente, ele desperta, no Eu, uma responsabilidade que não nasce, neste tempo, pertence a um outro tempo - é diacrônica. A relação com o Outro é totalmente diversa daquela, operada pela consciência. No momento em que o Outro é constituído, pela consciência intencional, deixa de ser Outro - totalmente Outro, separado de mim. Torna-se, então, apenas, uma representação, incapaz de traduzir a originalidade de um Rosto que se manifesta, na “excepcional apresentação de si por si”. A consciência, na tentativa de abarcar o Outro, acaba afastando-o, ficando, apenas, com a representação que dele se fez. Mas a

¹ LEVINAS, Emmanuel. *Ética e Infinito*. Lisboa:Edições 70, 1992, p.88.

responsabilidade, como fundamento da própria subjetividade, faz do Outro uma proximidade mais íntima do que aquela, realizada pela consciência. Essa proximidade não é espacial, nem de parentesco, nem cognitiva. O Outro está próximo de mim, porque sou “essencialmente” responsável pelo Outro. . ou por Ele.

É preciso, então, para anunciá-lo, uma nova linguagem, uma linguagem que evoque esse passado, carregado de responsabilidade. O Outro provoca uma desordem nas categorias do saber. Falar do Outro não equivale a falar de um fenômeno, presente à minha consciência intencional, porque o Outro se encontra além dos conteúdos dessa consciência. O Outro contraria todo o movimento de compreensão do Eu, pois o Eu, no seu poder compreensivo, torna o mundo comum, simétrico. O Rosto se coloca em um plano diferente dos objetos, porque fala, reclama, exige, não aceitando, assim, o sentido que lhe é emprestado. A significação deste Rosto não vem de uma linguagem processada por um Eu, mas vem do próprio Rosto, que não pode abdicar da significação que lhe é inerente. Sua linguagem é sua própria presença, em que seu sentido é ensinamento. A significação não é dada pela palavra, pelo conceito, mas é anterior à própria palavra. Na consciência intencional, a palavra vai ser a doadora do sentido. Mas o Rosto se encontra fora desta consciência intencional: é um excesso que transborda os próprios conceitos que dele é possível ter. Ele é dono de seu próprio sentido, e exige o poder de seu anúncio, de sua expressão. O discurso surgirá, então, do Outro e não de um Eu. Este interlocutor se encontra em um plano diferente do Eu. É o princípio da linguagem. É um Vós que se revela no seu senhorio. A primeira fala desse Rosto é “Tu não matarás”, e a responsabilidade surge como uma resposta. A única coisa que o Eu pode dizer, diante deste apelo, é “Eis-me aqui”.

Para entender o surgimento da responsabilidade por este Rosto, na Subjetividade, Levinas recorre ao Feminino. É necessária a uma linguagem que respeite a originalidade desse Rosto. Esta linguagem consiste em não violentar a presença de Outrem, a partir de conceitos que o determinem, mas em revelar essa presença, através da suavidade e da doçura que conduz o Feminino. O Feminino expressaria essa linguagem, quando pensado, em seu papel analógico ao se referir à Subjetividade. Chaliier comenta que, “(...)a idéia de uma subjetividade em ruptura com a essência, se deixa aproximar no ‘gemido das entranhas’ da **maternidade**”.²

A Subjetividade é expressa, por Levinas, através de uma analogia à Maternidade, capaz de revelar o sentido do Humano: **carregar, em si, a presença do Outro**. A Metáfora surge, assim, como uma tentativa de romper com a violência do conceito, conduzindo a uma nova relação com o saber. As Metáforas se apresentam de forma diferente do conceito, pelo fato de não carregarem em si o seu próprio sentido: o sentido de uma Metáfora se encontra além de seu significado literal. A Metáfora não está fechada em si, como o conceito. Por isso é capaz de traduzir o sentido do humano, que não se fecha em si, mas revela um Outro. De uma forma dionisíaca, as Metáforas aparecem, traduzindo a significação do verbo, desestruturando, assim, a estaticidade do conceito. Há, na Metáfora do Feminino, um movimento que nos leva ao próprio surgimento da Subjetividade.

² CHALIER, Catherine. *Figures du Féminin*. Paris: La Nuit Surveille, 1982, p.3.

1. O Passado An-árquico do “Se”

O Eu, primeiramente, vivia feliz, em um mundo de gozo, em que nada lhe faltava. Sua vida era pura exterioridade, confundindo-se com os elementos do mundo. Para prevenir-se da possível falta de alimentos, para prever o amanhã incerto, o Eu busca a casa, onde constrói sua interioridade, separado do mundo. Esta interioridade somente se torna possível pela presença do Feminino. O Feminino é o primeiro contato com alguém, diferente dos elementos do mundo. É alguém que não me sacia, pois não é complemento, nem fusão; desperta um Desejo que conduzirá o Eu ao futuro. Ao retomar sua relação com o mundo, o Eu assume uma nova postura: é indivíduo separado, diferente, único, uma interioridade que passa a relacionar-se com a exterioridade do mundo. Sobre ela opera, trabalha e compreende. Nesta nova relação com o mundo, o Eu se defronta com um Rosto diferente do Rosto Feminino da Casa. Um Rosto que não é doçura, mas que “fere”, profundamente, a interioridade deste Eu. Diante do Rosto do Outro, o Eu sente-se afetado, desconcertado. Ao procurar compreender este Rosto, surge a crise, pois o Rosto resiste ao poder de uma Razão, que tenta defini-Lo e compreendê-Lo.

O Outro aparece como um “despertar”, na consciência, que desconcerta a própria consciência. Há uma “porta-aberta” que não pode ser fechada. Ao tentar retornar a si, o Eu não encontra o caminho. Deparar-se com o Rosto é perder-se nele - não é possível mais retornar a si. O Outro, assim, inquieta, porque não pode ser compreendido, pela consciência: supera a própria consciência.

Segundo Levinas, a tentativa de Husserl fora a de demonstrar a total identificação entre sujeito e objeto. Este objeto poderia ser tanto as coisas, como os outros indivíduos ou o próprio Eu. A identidade

seria esta coincidência - uma tautologia, em que o Eu conserva sua mesmidade, perseverando, em si mesmo. Diante do mundo, o Eu vai afirmando-se, lutando para se tornar idêntico.

*“Esta identificação não é uma simples repetição de si: o A é o A do Eu, é o ‘A ansioso por A’ ou o ‘A gozando de A’ sempre ‘A tenso ao A’. O fora do Eu é para Eu. A tautologia da ipseidade é um egoísmo.”*³

Mas a coincidência do Eu, consigo mesmo, não é absoluta: o ato de “agarrar-se a si” já supõe um Eu pré-existente. A tentativa de Husserl, em tornar inexistente a distância entre o Eu e o ato de pensar este Eu, abriria, para Levinas, um espaço para o Outro. Esta defasagem, quase que um desnível, entre a consciência e a “mesmidade”, faz com que a consciência não se torne a medida de todas as coisas. Há uma distância, entre a Subjetividade e a consciência, em que esta não pode penetrar. A “epoqué” que o Eu realiza, sobre si mesmo, não consegue completar-se, inteiramente, pois a consciência não esteve presente, no início da criação. Quando o Eu consciente começa a re-fletir, sobre si, percebe um passado que é inconvertível, em recordação. Anterior ao Eu que se percebe como Eu, há o **Se**, que é a própria condição da existência deste Eu.

*“A ipseidade que exprime o pronome reflexivo se, não se reduz a uma objetivação do Eu por ele mesmo. O retorno sobre o eu desta reflexão implica, desde já, uma reflexão inicial do Se.”*⁴

A identidade (se assim ainda podemos chamar), para

³ LEVINAS, E. *En Decouvrant l'Existence avec Husserl et Heidegger*. Paris: Ed.Vrin, 1988, p.187.

⁴ LEVINAS, E. *En Decouvrant l'Existence avec Husserl et Heidegger*.P.233.

Levinas, não se reduz a um Eu que se “dobra sobre si mesmo”, ou seja, “um si mesmo posto a partir do para si”, coincidindo consigo. O **Se** “*soi*” não pode ser constituído, não pode ser feito, durante este processo de identificação: ele já está feito. O **Se** é o início, o passado que sustenta todo presente, feito de identificações. Enquanto o Eu, identificado a partir da consciência, é sempre ativo, o **Se** é pura passividade, “uma passividade mais passiva que toda passividade”. A subjetividade se constitui, nesta total abertura ao Outro. O **Se** do Si Mesmo carrega a presença do Outro, recebendo um sentido que fundamentará a subjetividade. O Eu, em seu passado, não será mais doador de sentido, mas receptividade passiva que se abre ao sentido que vem do Outro. Na subjetividade, o Eu se encontra **obsessionado** pelo Outro, isto é, possuído, cercado de todos os lados, completamente, afetado pelo Outro. Quando a consciência nasce, ela já se encontra obsessionada pela presença do Outro e, por mais que tente compreender a referida obsessão, ela está em atraso. O Eu que se sente, tocado pelo Rosto, inquieta-se por não saber “de onde” vem esta responsabilidade. “*A consciência está sempre em atraso ao encontro do próximo, o eu é assinado e culpado na consciência que toma do próximo*”.⁵

Quanto mais recorro a mim, maior é minha obsessão, afundado que estou, nesse passado irrecuperável do **Se**. O Eu sente-se, então, como um órfão, sem passado, inquieto, procurando sua origem. Quando a consciência surge, emerge de um **Se** carregado de passividade. O **Se**, em questão, é, antes, um acusativo do que um nominativo, isto é, de ser Eu. Esta subjetividade, que se torna

⁵ Ibid., p.229.

fundamento do Eu, do nome - é acusativa, porque ordena que o Eu compareça. Sua ordem vem de dentro, revelando uma dívida pré-origenária. “Estou endividado antes de nascer”. Carrego uma culpa, pela miséria do Outro e, diante dela, sou pura passividade. O acusativo (me) não surge da liberdade, mas da responsabilidade, como dever. Se a responsabilidade surgisse, na liberdade, o Eu poderia despojar-se dela. Mas a responsabilidade é uma **obsessão** para o Eu, que não pode ser negada. Na referida obsessão, o Eu é cercado, por todos os lados: seu território se encontra sitiado pelo Outro. O Eu nasce, a partir de uma subjetividade que não permite mais a identificação, pois, em seu fundamento, não encontramos um Eu, mas um Outro.

O Eu que anteriormente, realizara o processo de identificação, não encontra mais repouso sobre si. Ao buscar, incessantemente, esse repouso, ele afasta-se de sua origem. O Eu, julgando-se fundamento de tudo, é apenas resultado de uma **intriga**, que tem sua origem no Outro. Esse Outro, sempre, lhe está “intrigando”, “interpelando”, “enfeitando”, “obsessionando”, reenviando-o a um passado em que a subjetividade se constrói como **Se**. É somente aí, que reside a singularidade e a unicidade do Eu, a qual Levinas chama de “próprio”. Sou próprio, não por ser único exemplar de uma espécie, mas por ser o único capaz de responder a essa presença. Sua passividade constitui-se em carregar o Outro dentro de **Si**, sem se deixar alienar. Perseguido pelo Outro, encurralado, sofre uma acusação, mesmo quando não há falta. O Eu é acusado, é chamado a responder ao Outro que pronuncia “seu nome”, antes do próprio Eu pronunciá-lo. Chama exigindo uma resposta e, com isso, se constitui como próprio. “*Cada pagamento não é um apagamento, mas um acréscimo na dívida, resposta que se torna invasão crescente de responsabilidade e de envio para o*

⁶ SUSIN, Luiz Carlos. *O Homem messiânico. Uma Introdução ao pensamento de E. Levinas*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1984, p.316.

Outro”.⁶

O Eu é destronado de seu privilégio de “tudo poder”, quando se depara com o Se que é “passividade mais passiva que toda passividade”, pertencente a um passado irre recuperável. Esse passado mostra um tempo que é diacrônico, que surge, a partir de um passado que não pode ser compreendido pelo presente. Desse modo, o presente não tem poder de representá-lo. O passado pertence ao não-presente, não é sincronizável, “passou” e cada vez mais se distancia deste presente que pretende constituir-lo. “*El si mismo viene de un pasado que no se podría recordar, no porque esté situado demasiado atras, sino porque el si mismo, inconmensurable con la conciencia que siempre se adecua, no está ‘hecho’ para el presente.*”⁷

A subjetividade, como Se, pertence a este passado e, por isso, ela é inquietante. Esta subjetividade diacrônica envelhece, diante da juventude do presente que, sempre, se retoma e renova. O envelhecimento desse passado é a própria paciência de suportar mais do que a consciência vê. A consciência intencional, pura atividade, esforça-se para entender esta subjetividade - que é diacrônica e imemorial - procurando decifrá-la, interpretá-la, perdendo, assim, o influxo insuperável da passividade.

Levinas, ao fazer essas reduções eidéticas, busca encontrar um momento em que a consciência possa estar, em seu “ponto zero”. Nesse momento, a consciência intencional, que é sempre constituinte, que nunca se esvazia, estaria, em uma pura passividade. Precedendo a esta consciência intencional, segundo Levinas, nós temos as “vivências”, que estariam em um momento pré-reflexivo. Mas o que seria tal

⁷ LEVINAS, E. *De otro modo que ser, o mas alla de la esencia*. Salamanca: Sigueme, 1987, p.173.

vivência? Seria um “resto” de consciência ou uma consciência diminuída ou, ainda, uma certa inconsciência? Levinas dirá que o vivido é uma “energia” que “assume” a vida, passivamente, pura passividade que acolhe o Outro sem o constituir. Há aí uma exposição ao Outro, em que a consciência está cercada, por todos os lados, pela presença do Outro. As vivências revelam um corpo, uma sensibilidade que ultrapassa a intencionalidade da consciência - um corpo que estremece com a proximidade do Outro. Ao fazermos esta redução, deparamo-nos, então, com o “eidos” do próprio ser humano, que é buscado por detrás das máscaras humanas, fazendo surgir, assim, o Outro. “A nudez do Eu revela o Rosto do Outro”. O si mesmo deve ser pensado, então, como esta não coincidência, em que o Eu, ao tentar retornar a esse passado, não encontra sua imagem, mas a presença do Outro. Como uma encarnação, o Eu é tomado por esta alteridade e, sob ela, se constrói. Carregado pela presença do Outro, não consegue repousar sua consciência que, sempre, se esbarra nesse passado do qual não faz parte. Levinas, para designar o real sentido desta “identidade que se faz ao inverso”, usa o termo **Substituição**. “*Otro en el Mismo es mi substitucion del otro conforme a la responsabilidad, por la cual, en tanto que irremplazable, yo estoy asignado. Por el otro y para el otro, pero sin alienacion, sino que inspirado.*”⁸

Na Substituição, a identidade fica invertida: eu sou outro. Na Substituição, o Eu se torna **refém** do Outro, ou seja, sofre em lugar do Outro. O Eu “assume” um sofrimento que não é seu, não de uma maneira arbitrária, mas é inquirido a assumir esse sofrimento. Não há escolhas e ninguém pode assumir coisa alguma por ele. O Eu vive, em si mesmo, a partir da Substituição, uma desigualdade - não idêntico,

⁸ LEVINAS, E. *De otro modo que ser, o mas alla de la esencia*. P.183

“identidade em diástase”, desloca-se de seu lugar para um não-lugar, ou seja, um passado sem tempo e sem espaço comuns. Esvaziado do próprio ser, o Eu atinge um “outro modo que ser”, ser-para-o-outro.

Essa responsabilidade, para com o Outro, é anárquica, **anterior aos princípios**, anterior a “arqué”. No sentido popular, a anarquia aparece como uma desordem, uma confusão. Levinas não assume, somente, este sentido, mas recupera seu significado etimológico, desvelando, assim, o “eidos” do humano, ou seja, o que é anterior aos próprios princípios. Anterior, mais que anterior, é o Outro. Esta descoberta, certamente, desordena a identidade que, sempre, fora vista, a partir da tautologia: A é A, em que o Eu sempre se conforma consigo. Para Levinas, esse modelo de Identidade surge de um movimento da consciência que se assemelha a Ulisses. Por mais que viaje, sempre retorna ao lugar de origem. Mas Levinas propõe um Eu que se encontra exposto, aberto ao Outro, como uma ferida que não pode ser cicatrizada, suportando um peso que não pode ser aliviado. Sua viagem é sem volta, como o movimento de Abrão. Este incomodo da não-identidade não é uma solidariedade, mas é a condição mesma para a solidariedade ao Outro. O Eu, ao estar exposto, se mostra vulnerável. Em *Totalidade e Infinito*, Levinas descreve a sensibilidade, ao nível do gozo, da satisfação: “a vida goza de sua própria vida”. O Eu era feliz, no seu gozo, não rompendo seu egoísmo. Este gozo ainda não é ético, mas é condição para uma vida ética. O Eu precisa alimentar-se, para alimentar o Outro. Mas a Ética somente surgirá, quando esse Eu tirar, de sua própria boca, o pão que o alimentava, para alimentar a um Outro. “Solo un sujeto que come puede ser para-el-otro o significar”.⁹

Em *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence*, a sensibilidade

passa a ser vista, não como gozo, mas como vulnerabilidade, isto é, possibilidade de ser ferido. Esta vulnerabilidade revela uma sensibilidade que não se resume, apenas, em ser uma percepção de si. É um “sentir-se” afetado pelo Outro, antes de seu Rosto aparecer a mim, sentindo-se, assim, desprotegido, e indefeso. Sua presença se manifesta nas entranhas deste Eu que, agora, se apresenta indefeso. Um “gemido nas entranhas” ecoa em todo seu corpo, um gemido que necessita ser acolhido. A “*experiencia sensible del cuerpo es desde siempre encarnada*”¹⁰, não pode ser representada, nem tematizada: ela é vivida, em um ser de carne e osso.

Não há dicotomia entre a subjetividade e o corpo, ou melhor, a subjetividade só pode, apenas, ser vista, a partir deste corpo que sofre pelo Outro. O corpo mostra-se separado da consciência, na medida em que pertence a um passado diacrônico, anterior à própria consciência. A identidade não é a confirmação do Eu, na consciência, mas deposição desse no corpo. Esta subjetividade de “carne e sangue” não simboliza, simplesmente, a ratificação do Se, no qual o Eu continuaria absorvendo a alteridade do Outro, pela sensibilidade. O Outro seria, desse modo, uma imagem que poderia ser tocada, agarrada e arrancada de sua singularidade. Esta proximidade do Outro, no Eu, não ocorre pelo conhecimento e nem por uma ação. Ela não é uma significância que surge de um raciocínio ou de uma experiência que venho a ter. É uma significância pré-original, em que todas as outras significações passam a ter um sentido, a partir desta primeira significação: um-para-o-outro.

Exposto, completamente, ao Outro, desnudado, sem mediação, o corpo torna-se contato direto nessa comunicação com o Outro, a

¹⁰ Id.Ibid.p.135.

qual precede a fala. “Comunicar-se é abrir-se” sem palavras, em uma linguagem que é pura responsabilidade, resposta ao gemido que emerge de mim, mas que não é meu. Este corpo se encontra vazio de si, um vazio que “gera o Outro em seu ventre”. O Outro extravasa meu vazio, é um além que não me sacia, mas que transcende o próprio corpo, é excesso. Este corpo sofre pelo Outro. Em sua passividade é renúncia de si. Sua significação não é mais para si, mas para o Outro “*En la maternidad significa la responsabilidad para con los otros, llegando hasta la substitucion de esos otros y hasta sufrir tanto del efecto dela substitucion como del perseguir, incluso alli donde se abisma el perseguidor.*”¹¹

2. Subjetividade Maternal

Para descrever esta subjetividade anárquica, pré-original, que é substituição, Levinas utiliza-se do termo **Maternidade**. A Maternidade representa esta substituição em que o Eu **gera**, em si, um Outro.

O corpo feminino sabe falar desse passado, não pelas palavras (ditos), mas pelo estremecimento que é vivido, por este corpo ao carregar, em si, o Outro. O corpo feminino desinteressado, que sofre para alimentar o Outro, renunciando a si, para servir a um Outro estranho, mas ao mesmo tempo familiar, vive a substituição e, a partir dela, o Eu nasce e surge. “*A corporeidade do Outro me é mais interior do que a minha própria corporeidade*”.¹²

O Dizer, em sua forma original, sem as limitações do Dito, é vivido no “gemido das entranhas” desse corpo maternal. A

subjetividade não é entendida, pela consciência, mas pelo corpo feminino, que sendo vulnerabilidade, expressa essa substituição em que o Eu é Outro. Esta vulnerabilidade pode ser pensada como uma **misericórdia** para com o Outro. Levinas serve-se do termo “*Rakhamin*” (misericórdia), porque possui, em si, uma referência à palavra “*Rekhem*”, que significa útero. Esta misericórdia é sentida nas entranhas maternas deste corpo que estremece e sofre pelo Outro. Nesse ato, o ser vem a desfalecer para que o próximo possa nascer. Este nasce como uma ordem, como um Mestre que coloca a responsabilidade, como um mandamento. A subjetividade maternal será a base que sustentará este mandamento, esta ordem (Tu não matarás!) que vem do Outro. A ordem pode ser comparada a um “dever ser” que fere minha liberdade e que, mesmo assim, o assume.

O ser humano poderia curvar-se a assumir esta acusação, esse “dever ser”, baseado em uma análise histórica em que, através dos efeitos, poder-se-ia perceber que, sem “acordos” entre os seres humanos, seria impossível viver. Mas a guerra existe, está presente e os acordos são desrespeitados, em função do egoísmo e da própria liberdade humana. Esse “dever ser” poderia resultar da espontaneidade, acolhido no próprio agir humano ou poderia vir da Natureza Humana, que exigiria, sempre, uma hermenêutica, uma objetivação de si, para ser compreendida ou, ainda, poderia vir de um Deus, de um Absoluto.

Para Levinas, essa responsabilidade (dever ser) emergirá da própria subjetividade, anterior à Natureza Humana. Há, no humano, uma possibilidade, uma fenda, em que o Eu se descobre penetrado pelo Outro. Este Outro faz com que apareça, no Eu, uma generosidade e um respeito ao próximo. “O Ser deste Eu realiza-se no Dever”, dever de responder a esta ordem que é, ao mesmo tempo, súplica pela vida. A responsabilidade é a Bondade.

¹¹ LEVINAS, E. Idem, p.134

¹²SUSIN, Luiz Carlos, Id., p.350.

A maternidade aparece, como o lugar (ou não-lugar) desta “inversão” de identidade, que se inquieta, por não encontrar seu reflexo, por não conseguir repousar sobre si. Como puro sofrer pelo Outro, o corpo feminino está aberto, exposto, anunciando assim esse passado anárquico. Catherine Chaliier comenta que “*buscar a subjetividade nesta radical passividade, nos conduz, portanto, a privilegiar o corpo maternal em seu poder de Dizer. Este corpo funciona como indefectível saber – saber de carne e sangue – da subjetividade*”.¹³

2.1 A Subjetividade Maternal como Proximidade

A Metáfora da Subjetividade Maternal está, diretamente, ligada ao conceito de Proximidade. No sentido comum, proximidade nos dá a idéia de algo que se encontra perto (no espaço e no tempo), que é vizinho, está ao lado. Para Levinas, a proximidade refere-se a uma relação com o Outro, fora de um tempo ou espaço comuns. O Outro, não somente está perto, como está dentro de mim. Esta relação é diacrônica, pois o tempo é próprio, não pode ser sincronizado. O tempo é a unicidade de cada ser, que é incomunicável. A coincidência contínua consigo mesmo é a própria identidade. Cada um é seu tempo, constituído como identidade, em que a pessoa se fixa, como presente. Assim, o Outro faz parte de um presente que é seu e que, ao tentar sincronizá-lo (tornando-o presente a mim), ele “passa”, é passado. O anacronismo dá-se, exatamente, no fato de tentarmos viver o tempo de um Outro, trazê-lo a nós, deixando de ser presente para si, para ser presente para mim.

¹³ CHALIER, Catherine. *Figures du Féminin*. p.44.

Nesta proximidade, não há reciprocidade. O Eu “afunda-se”, nesta presença do Outro, sem esperar uma resposta. Esta relação não pode ser fechada, em si mesma: é abertura ao Outro. Nesta proximidade, o Eu não encontra um “lugar” seguro para repousar. É o não-lugar, a própria inquietude de um Eu, ferido em sua identidade. Obsessionado pelo Outro, percebe um passado em si, cujo único reflexo desse tempo, o que é agora presente, é a própria responsabilidade; é responder, já com atraso, a uma ordem que ecoa, dentro de si.

“En esta no reciprocidad, en este no pensar en elle se anuncia, desde mas aca’ del ‘estado de naturaleza’ (de donde la naturaleza misma surge), el un-para-el- otro, relacion en sentido unico que no retorna bajo forma alguna al punto de partida, la inmediatez del otro que es mas inmetiata que la identidad inmediata en su quietud de naturaleza, la inmediatez de la proximidad”.¹⁴

Essa relação de proximidade do Mesmo com o Outro é uma ruptura com a sincronia, uma relação irreversível.

O Outro, na subjetividade, desperta, em mim, um sentido ético: sou acusado pelo Outro para ser responsável. Na subjetividade, assignada pelo Outro, esse se mantém próximo a mim. O Outro é próximo, não porque está presente à minha consciência (na consciência, possuo, apenas, imagens e representações deste Outro), mas porque está presente em meu corpo, um corpo que é maternal. “*A proximidade do próximo é a responsabilidade do eu por um outro*”¹⁵, a ponto de morrer pelo Outro.

¹⁴ LEVINAS, E. *De outro modo que ser, o mas alla de la esencia*. P. 144

¹⁵ LEVINAS, E. *Entre Nous., Essais sur le Penser-à-l’Autre*. Paris: Grasset et Fasquelle, 1991. P., 207.

A subjetividade maternal fala de uma proximidade que é independente do saber, da consciência, mas que nasce na vulnerabilidade e na substituição. A maternidade precede a própria consciência, o “eu penso”. Em uma identidade, baseada no saber, a identificação acontece, quando no Eu surge a pergunta, quando o Eu é capaz de refletir sobre si. A maternidade é anterior a esse processo de identificação. O Eu, quando pensa, se concientiza de si: ele já é um corpo maternal. Esta maternidade contesta a consciência de si, rompe com a atividade do Eu, para torná-lo passividade, acolhimento. Há uma fissura no Eu: despojado de seu lugar, abarca uma presença que o excede. Esta presença é transcendente, porque não acaba nos limites do Eu, mas vai além e o transcende. Por ser diacrônico, me transporta a um aquém (passado pré-original) e a um além (rostro do Outro, futuro do filho).

A proximidade do Outro é tão próxima, nesse corpo maternal, que ela me “atinge” antes mesmo que possa dele ter uma imagem, reconhecê-lo ou consentir nesta afecção. Cercado, sem defesas, pelo próximo, assumo essa presença como uma “mãe que não pode negar a presença de seu filho em si”.

*“La proximidad, en tanto que supresion de la distancia, suprime la distancia própria de la conciencia-de. El projimo se excluye del pensamiento que lo busca y esta exclusion tiene una cara positiva: mi exposicion a el, anterior a su aparecer, me retraso sobre el, mi sufrir desatan lo que es identidad en mi”.*¹⁶

O corpo feminino, como metáfora desta subjetividade, guarda

¹⁶ Idem. *De outro modo que ser, o mas alla de la esencia*. p.151.

em si, esse passado anárquico. No seu silêncio, ele é o único que é capaz de falar, sem entrar no jogo do Dito. O corpo feminino recorda, em sua dor de “mãe”, um passado que é originário e imemorial. A maternidade traz, em si, uma linguagem que não precisa de signos para representá-la: é a própria significação do Dizer, antes de ser Dito.

2.2 O Dizer Maternal

A fala, a linguagem torna o mundo comum. Não podemos separar a linguagem do próprio processo de conhecimento. Ela é a expressão do referido processo, revelando a relação do Eu com o mundo. Os signos dessa linguagem tomam um sentido, dentro de um contexto cultural e histórico, em que o Eu está inserido. A significação cultural, em que o mundo está colocado, aparece, como uma mediação, que possibilita a própria compreensão deste mundo.

A consciência se encontra aberta ao mundo, pronta para recebê-lo e compreendê-lo. Desse modo, a exterioridade do mundo, totalmente estranha à consciência, passa a ter um sentido, no momento em que a consciência a decodifica. Os significados desse mundo surgem, como produto e obra desta consciência. A significação fica reduzida, então, a conteúdos dados à consciência. O mundo aparece como fenômeno, e sua expressão na linguagem. Ratifica o sentido dado pela consciência. O sentido passa a criar um elo entre a objetividade do mundo e a subjetividade do perceber. O sujeito, neste ato de perceber, recebe o mundo e o exprime “com suas próprias palavras”. Entre o mundo e o Eu, não há distâncias, pois a linguagem possibilita essa comunicação. Uma comunicação em que o interlocutor, o único que pode falar, é o Mesmo. O mundo, nessa relação, fala, a partir da fala

do Mesmo. Não possui uma linguagem própria, uma significação em si mesmo: toda significação lhe é dada, no Mesmo. O Eu, dentro deste ato de dar significado às coisas, sempre, acaba retornado a si. Este é um ato seguro, em que o mundo não ameaça o seu solipsismo. Mas como fica o Outro dentro desta linguagem? Como o Outro pode entrar na linguagem, sem ser desrespeitado, em sua alteridade? Certamente, para nos referirmos ao Outro, respeitando sua completa exterioridade, devemos pensar em uma nova linguagem, uma linguagem que seja **obra**. A **obra** é este movimento em relação ao Outro e que o mesmo se perde, não esperando um retorno. O Outro, assim, é preservado em sua alteridade, permanece em si. Essa relação é uma ingratidão, sem volta. “A obra é, pois, uma relação com o Outro, o qual é atingido sem se mostrar tocado”.¹⁷ A obra, como orientação para o Outro, só pode ser mostrada em uma linguagem assimétrica, diacrônica, que não presentifica no Eu o tempo próprio do Outro. Essa nova linguagem nasce na própria subjetividade de um Eu que não consegue empregar de “ditos”, para explicar sua origem. Uma origem que precede a todo Dito, e que Levinas indica como Dizer.

A linguagem é sempre entendida como a possibilidade de tornar o tempo presente, o passado é recuperado na memória, e o futuro, na imaginação e no projeto. O Outro é dito pelo Eu, penetra-lhe os signos, torna-se presente. Neste passado maternal, a linguagem assume uma outra compreensão. A “presença da expressão”, antes de possuir uma forma, uma imagem, surge como Metáfora. A Metáfora revela um “além”, uma “ausência” que transcende essa história e o seu próprio sentido.

“Mas a metáfora- o remeter à ausência – pode ser considerada

¹⁷ LEVINAS, E. *Humanismo de l'Autre homme*. Montpellier: Fata Morgana, 1972, p.42

como uma excelência, que revela uma ordem totalmente diferente da receptividade pura. A ausência, a qual a metáfora conduz, não seria um outro lado, mas ainda futuro e já passado”.¹⁸

A palavra é o ato de soberania do presente, e solidifica esse momento, retorna ao Eu e, nele, permanece. O passado Maternal apresenta-se como Dizer, um Dizer que não pertence ao tempo do Dito, a sincronia, mas que surge como Metáfora: um “lugar subversivo” da linguagem. Ela lhe transcende o sentido literal, está sempre excedendo-se, conduzindo-nos a um passado ou a um futuro. No Dizer, não há formas nem limites: é pura expressão. Seu tempo diacrônico revela uma linguagem que conserva uma separação entre a exterioridade do Outro e a Mesmidade.

A consciência não pode falar de uma experiência que não teve. Ela é invadida por este passado que não se deixa falar, a não ser por Metáforas. A Metáfora apresenta, na linguagem, uma possibilidade de romper com o conceito. Ela traz, em si, uma abertura para um além da própria história. “Recusando o tema, não se deixando ir ao conceito, a vontade de discernir e qualificar. A metáfora joga de uma tal paciência”.¹⁹

Na linguagem metafórica, as palavras vão além do sentido próprio. A significância não se encontra nela enquanto palavra, mas em um além. Esse é o poder das metáforas: ultrapassando seu próprio sentido, guarda a estranheza de uma presença, que incomoda o discurso do Mesmo. O Eu, depois de ser afetado profundamente pelo Outro, abre seus braços e recebe esta presença em si, com afeição. Todo seu corpo se abre para esta presença. Cada “entranha” é invadida, por

¹⁸ LEVINAS, E. Idem. p., 21.

¹⁹ CHALIER, C. Idem., p.79.

este gemido que é apelo e ordem. A metáfora da maternidade revela um Dizer que possui, como significação para-o-outro, a responsabilidade. Essa é a primeira significação que origina e alimenta todas as outras significações. Esse corpo que fere meu corpo surge em um passado, que pode ser compreendido neste Dizer maternal. O corpo do Outro palpita em mim, mais do que meu próprio corpo.

Diante do órfão, do pobre, da viúva, sou como um ventre materno que é lugar de aconchego e pátria para esse rosto desnudado. “A maternidade – o suportar por excelência”²⁰, suporta o peso desse passado que carrega o Outro, sem muitas vezes ter forças para carregar a si mesmo. Este suportar de uma mãe, que carrega essa marca em seu corpo, mesmo quando seu filho “caminha” sozinho, é já condição humana.

Enquanto o “*conatus essendi*” é força de ser, onipotência, diante da própria morte, a maternidade é capacidade de substituir o Outro, inclusive na morte. O corpo materno, em sua infinita capacidade de Dizer, faz com que o Eu se torne lugar e mundo para o Outro. Esse corpo materno, o feminino deste Dizer, está orientado por um sentido ético do para-o-outro. O Eu, até então, fora visto como a possibilidade de dar sentido ao mundo, como apropriação do Outro, na representação. A maternidade é a possibilidade da própria desapropriação, em que o Eu não mais se garante em sua identidade, mas se esvazia para o Outro.

A identidade, a singularidade de uma pessoa, concretiza-se em seu nome. O nome carrega, em si, o peso de uma identidade que tenta se manter, que luta para ser reconhecido e existir. O tempo e o nome começam a ter uma significação importante, a partir do nascimento

²⁰ LEVINAS, E. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. La Haye: Nijhoff, 1974p.95

de um in-divíduo. Eles marcam um começo e uma certa determinação da própria identidade. O tempo e o nome surgem, quando o indivíduo se separa da mãe, podendo, dessa forma, ser chamado, tornando-se individualizado. O tempo da maternidade aparece, então, como um tempo de indecisão em que não é preciso ter um nome, em que tal necessidade (que supõe retorno a si) não existe. “O tempo da maternidade é o tempo do um-para-o-outro”, tempo da substituição. Não há lugar para um tempo próprio, para o tempo heideggeriano, em que o tempo é a própria singularidade do indivíduo. A singularidade virá de um tempo “paternal”, em que separado da mãe, o indivíduo adquire um nome que o torna único.

O tempo maternal rompe com a certeza do próprio, de ser idêntico a si. Revela uma incerteza de não “pisar em um chão firme” ou familiar. Esse tempo é anterior ao (tempo) cronológico, que torna possível a história. Nesse tempo, não há história, pois admiti-la é falar de um tempo recuperável pela própria consciência. Esse tempo, apenas, pode ser aquilatado em um corpo que é responsabilidade. A maternidade vive o tempo e o lugar de um Outro, que não é seu. Ela é a origem de uma linguagem que precede a língua, pois a língua é histórica.

A Mãe é a palavra que pode expressar, em si, essa linguagem. Seu significado não falseia sua real significação, seu tempo conduz ao tempo de um Outro. A maternidade traz uma linguagem, em que a alteridade não vem do pensamento de um Mesmo, mas da presença de um Outro em si. A subjetividade maternal vive o paradoxo de trazer, em si, um Dizer que, ao mesmo tempo, se expressa em palavras, em ditos, mas essas palavras surgem do mais profundo passado, trazendo, em si, um acolhimento e uma abertura ao Outro. “*Este pensamento inscrito à luz do simbólico, uma significância que não começa na subjetividade que a diz, pois é esta orientação para o outro de*

*onde se origina a linguagem”.*²¹

O corpo feminino vem, então, romper com o discurso de “apropriação” em que o “logos” se encontra, como origem de todas as significações. Esse Dizer que fala o corpo feminino não anula sua transcendência, para simplesmente entrar no simbólico. Ele se utiliza do simbólico, mas, ao mesmo tempo, se distancia dele. Catherine Chaliier afirma que esse corpo teria o sentido de um vestígio. Ele seria a possibilidade de renascer, no presente, do Mesmo, esse passado distante, anárquico. Esse vestígio que o corpo feminino traduz, perturba a ordem do mundo, “desacomodando” este Eu seguro de si. Os signos deste corpo ultrapassam os próprios signos, que não podem ser nomeados, mas, no entanto, possibilitam a origem de todo nome. Essa subjetividade maternal é pro-nome, despertando, no Eu, um sentido ético, um tempo para-o-outro. Esse pronome não possui a marca do Próprio (da identidade de um Eu), mas a marca de um Outro, que passa e permanece em mim. As metáforas de feminino, desse modo, revelam, antes de toda ordem teórica, uma ordem ética.

²¹CHALIER, C. Idem., p. 119.